

Crise e transformação – um ensaio sobre os catalisadores da mudança

Sara Balonas

Professora Auxiliar do Departamento de Ciências da Comunicação (Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho). ORCID: 0000-0003-0885-1718

A ser possível encontrar um lado positivo numa crise, será o facto de esta poder trazer novas soluções com potencial de transformação dos diversos modos de ver e de viver em sociedade. Deste modo, uma crise como a que o mundo atravessa em 2020, absolutamente inédita, pode ser um agente catalisador de mudanças societais. Como escreveu em tempos Diogo Vasconcelos, uma crise deve ser um momento de criatividade social (2010, p. 33).

Com a pandemia a irromper abruptamente em Portugal, viveram-se os primeiros meses entre a perplexidade, o medo perante o desconhecido e o improvisado, reações plasmadas nas medidas, nas ações e nos comportamentos. No que diz respeito aos cidadãos, desde a rutura de stocks em supermercados à corrida às farmácias, o instinto de sobrevivência ecoou, no país e um pouco por todo o mundo. As grandes instituições, entre as quais o Governo, passaram a viver em permanente estado de crise, numa sucessão de medidas em modo “penso rápido”, por diversas vezes marcadas pela tentativa e erro. O setor privado, de um modo geral, terá sido ágil na adaptação, encerrando instalações (ou restringindo o seu acesso) e recorrendo ao teletrabalho. Hospitais, escolas e lares, entre tantas instituições vitais ao ecossistema social, debateram-se (e debatem-se) com as fragilidades há muito percebidas e agora expostas pelo minúsculo vírus.

À vertigem galopante dos números, cidadãos e instituições reagiram, ora ficando perfeitamente perplexos e petrificados, ora inovando. E é sobre estes últimos que trata este texto. Sobre a capacidade daqueles que, perante a adversidade, procuram soluções, superam preconceitos e ideias feitas, testam limites, arriscando e ousando soluções. Reagir, improvisando já é, em si, um ato criativo. Começamos, então, por procurar compreender o que é a criatividade. No período da Renascença, o indivíduo era reconhecido como capaz de criar, porém, tal era tido como capacidade apenas reservada a “grandes homens” (Albert & Runco, 1999). Wallas (1962) dá um importante contributo para a dessacralização do conceito de criatividade: considerava-a parte do processo evolutivo, permitindo aos humanos adaptarem-se rapidamente a alterações de ambientes. Por conseguinte, a criatividade pode ser uma propriedade da qual todos podemos ser detentores, e não apanágio de uma elite de iluminados. Hoje facilmente reconhecemos que a criatividade está não apenas nas artes e na literatura, mas também nas áreas científicas, nos meios de comunicação, no mundo empresarial, nas indústrias e até nos governos. Richard Florida (2002) dá outro tipo de contributo ao distinguir três tipos de criatividade: a criatividade tecnológica (invenção), a criatividade económica (empreendedorismo) e a criatividade cultural/artística. Estamos, deste modo, perante um conceito multidimensional. Mas, o que é, a sua essência, a criatividade? Certos autores convergem na ideia de que a criatividade ou a invenção é ver o que todos viram e pensar o que ninguém pensou, como Einstein e Feynman. Mas será também o processo de trazer algo de novo, que estaria escondido e que aponta para novas vias, como anota May (1975). Afinal, no fio do tempo e da evolução da sociedade, criatividade é isso: partir em busca de soluções. Que podem, por sua vez, trazer novos problemas. A diferença é que são novos, como dizia Steve Jobs. Por conseguinte, a criatividade é um recurso inestimável, contínuo, na roda da transformação.

Daniel Pink (2005) defende mesmo que estamos a entrar numa era em que a criatividade está a ganhar importância, numa era em que precisamos de alimentar e encorajar o lado direito do cérebro (da criatividade e da emoção) mais do que o lado esquerdo (do pensamento lógico e analítico). E isso é um sinal de esperança.

Relacionando este poder inventivo com o atual contexto de crise pandémica, o que está em causa é valorizar soluções, provavelmente nunca antes testadas (porque os problemas são novos), como parte da resposta à encruzilhada da contemporaneidade. E aqui se colocam algumas questões: quem são os geradores de soluções, os catalisadores da mudança? Será um papel reservado ao Estado, aos cientistas, aos “iluminados”? Na verdade, assistimos a movimentos em diferentes escalas. Observando a crise de 2020, quem está neste turbilhão de transformação? Por um lado, os cidadãos. Os novos cidadãos, mais informados, mais sofisticados, mas também mais desconfiados em relação às instituições (Edelman Trust Barometer, 2019). Mas, por outro lado, mais participativos no sentido da cooperação (Innerarity, 2006, p. 241), disponíveis para participar em novos modelos de agir em sociedade. E a reagir a apelos de caráter humanitário ou social. No primeiro semestre do ano, assistimos a iniciativas dispersas mas muito significativas: redes de anónimos juntaram verbas por *crowdfunding*, ou via redes sociais, para aquisição de equipamentos para hospitais públicos; vizinhos criaram sistemas de compras comunitárias rotativas para evitar idas ao supermercado e minimizar riscos de contágio; empresários transformaram tecidos de vela de barcos em material de proteção; produtores de vinho produziram álcool a partir dos processos dedicados ao vinho. Um pouco por todo o lado, surgiram novas ideias, como a instalação de ultravioleta para desinfeção de espaços e superfícies ou algo tão simples como o recurso a *ipads* nos lares para combater o isolamento dos idosos, pondo-os em contacto com os familiares em direto. Ou, ainda, uma empresa laboratorial a lançar um centro de rastreio de testes COVID em modo *drive-in*, entre tantos outros exemplos de inovação e resiliência.

A capacidade de gerar respostas também se fez notar ao nível do poder local. E, neste aspeto, autarquias e juntas de freguesias inscrevem-se no que podemos rotular de inovadores sociais, demonstrando o quão relevantes são por conhecerem o tecido social local. A título meramente exemplificativo, em poucos dias, uma autarquia montou um hospital de recurso, como retaguarda aos hospitais públicos que servem a região e face à sobrelotação esperada, dinamizando contactos com os mais diversos atores – de empresas a instituições públicas ou recorrendo ao voluntariado cidadão. Freguesias criaram redes de apoio a idosos, através da captação de voluntários para prestação de cuidados ao domicílio, entrega de medicamentos ou, simplesmente, para reduzir a solidão provocada pelo isolamento.

Estas formas de ação, em pequena ou em maior escala, são respostas que indicam a erosão do Estado Social, nomeadamente a falência da sua capacidade em corresponder aos desafios societais, algo que Innerarity identifica como a “ingovernabilidade” do Estado a partir dos anos 60, fazendo com que as tarefas que “já não podia executar satisfatoriamente fossem delegadas noutras instâncias, como na economia privada ou nas organizações da sociedade civil” (Innerarity, 2006, p.233). Sugere ainda o autor que a tarefa fundamental da política e do Estado na

sociedade do conhecimento passe a ser a de coordenar e mediar os sistemas sociais “tão complexos, experientes e dinâmicos que excluem o comando estatal autoritário” (2006, p. 249). Uma opinião seguida por Vasconcelos, para quem esta mudança de paradigma faz com que o Estado encontre no setor privado e no terceiro setor respostas para as mais relevantes questões do nosso tempo (2010, p. 31). Assim, do Estado espera-se capacidade de adaptação, promovendo ambientes participativos, estabelecendo parcerias ou escalando ideias promissoras.

De notar que a capacidade de reação a crises é sempre mais rápida em pequena escala do que em estruturas pesadas, como o Estado. Daí que, no início da crise sanitária de 2020, tenhamos assistido a inúmeras formas de resposta mais imediatas da parte da sociedade civil, das instituições locais e das empresas do que da parte do Governo: ainda as medidas de confinamento oficiais não estavam decididas e já particulares, escolas, universidades e empresas tinham decidido fechar, por iniciativa própria, uma semana antes. Estas reações não devem induzir-nos na demissão do papel do Estado, mas, sim, à da leitura de uma mudança de paradigma, sintetizada na metáfora das abelhas e das árvores, proposta por Mulgan:

a mudança social depende de alianças entre o que podem ser chamadas as “abelhas” e as “árvores”. As abelhas são as pequenas organizações, indivíduos e grupos que têm as novas ideias, que são móveis, rápidos e que podem polinizar. As árvores são as grandes organizações – governos, empresas ou grandes organizações sem fins lucrativos que são pobres em criatividade, mas geralmente boas na implementação, e que têm a resiliência, raízes e escala para fazerem as coisas acontecerem (2010, p. 60).

Para Vasconcelos, “a inovação nasce da diversidade, do mix de diferentes competências e tipos de organizações. Gente das artes e do design, da tecnologia e do setor público; agências públicas, entidades sem fins lucrativos e empresas, pequenas, médias e grandes” (2010, p. 35). Defende ainda a proliferação de incubadoras de inovação social que permitam um trabalho colaborativo por parte dos três setores – público, privado e terceiro setor –, algo que já existe em diversas partes do mundo.

Vivemos, em suma, tempos de questionamento. O que compete ao Estado “num mundo em que a lógica do ‘comando e controlo’ é crescentemente substituída pela expectativa de colaboração, de criação coletiva e de participação de cidadãos e da sociedade civil?”, pergunta Vasconcelos (2010, p. 32), que acredita que a inovação social estará nas respostas que “mobilizem diferentes grupos (público, privados e organizações sem fins lucrativos), envolvam os utilizadores (cocriação) e criem inegável valor social”. Porém, para haver consequências realmente transformadoras, tal não pode passar de um desígnio bem-intencionado. Assim, é preciso ir mais além: como influenciar políticas públicas em tempos de crise e transformação? Qual o papel dos indivíduos, mais capacitados e mais reivindicativos? Terão as organizações sem fins lucrativos poder influenciador ou continuarão a ser entidades “prestadoras” do bem, muitas vezes, suportadas na boa vontade do voluntariado?

Como refere Vasconcelos, “hoje a Europa precisa de mobilizar a criatividade coletiva (...) criando novos modelos de prestação de serviços para responder aos desafios sociais (...) incluindo o envelhecimento, o desemprego juvenil e a redução das

emissões de carbono” (2010, pp. 31-32). Em 2020, acrescentam-se novos problemas, como a crise sanitária e as suas consequências brutais, assim como a crise dos populismos, apenas para citar dois traços de um tempo historicamente trágico. Por tudo isto, poder-se-á dizer que não “vai ficar tudo bem” mas, seguramente, “vai ficar tudo diferente”. O que será esse “diferente”? Certamente, o somatório da ação dos diferentes catalisadores sociais e das políticas públicas, alinhados ou dispersos. Interligados ou fragmentados. Mais coesos ou detonadores de mais desigualdades. As palavras-chave parecem emergir: cooperação, colaboração, cocriação. O risco (real) é o caminho inverso: a energia despendida em pequenas invenções ou grandes inovações esfumar-se em atos isolados e dar lugar à desilusão.

Poder-se-á ter esperança? D. Manuel Clemente acredita que a marca distintiva dos portugueses é a sua “capacidade de resistência e a sua adaptação criativa, que só requer mais autoconfiança e acompanhamento público para ir por diante.” (Faria, 2013, p. 10).

Nesta complexa equação terá de se prever o papel transformador do ensino – do pré-escolar ao universitário – na formação para a cidadania. Numa sociedade cada vez mais desorientada face à descrença nas instituições tradicionais, poderemos estar a assistir à procura de novas saídas, como aponta Daniel Innerarity: “as soluções não virão dos mercados nem das formas estabelecidas de política e administração; a esperança vira-se, em vez disso, para a mobilização de recursos cívicos, sociais”. (2006, pp. 197-198). Na sua obra *O novo espaço público*, o autor analisa os conceitos tradicionais de espaço público e de bem comum, à luz da sociedade contemporânea, considerando que nos encontramos num momento histórico, em que a educação para a cidadania e a formação das virtudes públicas são fatores para a renovação política das sociedades.

Referências

- Albert, R. S. & Runco, M. A. (1999). A history of research on creativity. In R. J. Sternberg (Ed.), *Handbook of creativity* (pp. 16-31). Cambridge: Cambridge University Press.
- Edelman Trust Barometer (2019). *Global Report*. <https://www.edelman.com/trustbarometer>
- Faria, N. (2013, 26 de maio). D. Manuel Clemente: o intelectual estilo “português suave”. *Público*, pp. 8-10. <https://www.publico.pt/2013/05/26/jornal/o-intelectual-estilo-portugues-suave-26588308>
- Florida, R. (2002). *The rise of the creative class*. Nova Iorque: Basic Books.
- Innerarity, D. (2006). *O novo espaço público*. Lisboa: Editorial Teorema.
- May, R. (1975). *The courage to create*. Nova Iorque: W.W. Norton & Co.
- Mulgan, G. (2010). Inovação social. In C. Azevedo, R. C. Franco & J. W. Meneses (Eds.), *Gestão de organizações sem fins lucrativos: o desafio da inovação social* (pp. 51-74). Porto: Imedições.
- Pink, D. (2005). *A whole new mind*. Crows Nest: Allen&Unwin.
- Vasconcelos, D. (2010). Inovação social, a agenda do futuro. In C. Azevedo, R. C. Franco & J. W. Meneses (Eds.), *Gestão de organizações sem fins lucrativos: o desafio da inovação social* (pp. 31-49). Porto: Imedições.
- Wallas, G. (1926). *The art of thought*. Nova Iorque: Harcourt Brace.